

Proc. Administrativo 27- 9.189/2025

De: Lícia P. - SMS-SACP

Para: SMA-CPL - Comissão Permanente de Licitação/Pregão

Data: 14/08/2025 às 14:43:18

Setores envolvidos:

SMA, SMA-CECCG, SMS, SMS-SACP, SMS-SAF, SMS-SAF-FB, SMA-CPL, SMA-DPC, SMA-DPC

Processo Licitatório - Futura e eventual aquisição de forma parcelada, de medicamentos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN



Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim
Secretaria Municipal de Saúde

DESPACHO

Prezado Sr. Gilberto Alves da Silva Júnior,

Em atenção ao Despacho nº 26-9.189/2025, informamos que o Termo de Referência foi devidamente revisado conforme as orientações:

- A justificativa foi ajustada, com a exclusão da referência genérica a medicamentos “de A a Z”, considerando que o certame mencionado já foi realizado;
- A cláusula 2.1, anteriormente repetida, foi corrigida;
- A solicitação de despesa também foi atualizada de forma compatível com as exigências do processo.

Dessa forma, encaminhamos em anexo o Termo de Referência revisado para apreciação e prosseguimento dos trâmites cabíveis.

Permanecemos à disposição para eventuais ajustes adicionais.

Atenciosamente,

Ceará-Mirim/RN, [data da assinatura eletrônica].

Lícia Nobre Pereira

Setor de Avaliação, Controle e Planejamento
Secretaria Municipal de Saúde

Anexos:

Medicamento_TR_Final.pdf

Solicitacao_de_Despesa_Medicamentos.pdf



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

01 – DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO.

1.1 - Futura e eventual aquisição de forma parcelada, de medicamentos destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Ceará-Mirim/RN.

02 – DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

2.1 - A aquisição de medicamentos é essencial para atender às demandas das unidades de saúde da Prefeitura de Ceará-Mirim/RN, incluindo hospitais, postos de saúde, Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e demais pontos de atendimento.

2.2 - Os medicamentos são itens imprescindíveis para a realização dos atendimentos e tratamentos oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), garantindo a continuidade dos serviços médicos e farmacêuticos prestados à população.

2.3 - A SMS é responsável pela gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no município, assegurando o direito constitucional à saúde dos munícipes. O abastecimento contínuo e adequado de medicamentos é fundamental para garantir a qualidade e eficácia dos tratamentos realizados nas unidades de saúde.

2.4 - A aquisição planejada dos medicamentos visa garantir o fornecimento adequado e evitar desabastecimentos que possam comprometer os serviços de saúde, prejudicando o atendimento aos pacientes e impactando negativamente a prestação dos serviços.

2.5 - A natureza do objeto licitado, que trata de medicamentos de uso contínuo e emergencial, reforça a necessidade de garantir sua disponibilidade regular, visto que a falta desses itens pode colocar em risco a saúde e a vida dos pacientes atendidos.

2.6 - Os quantitativos foram dimensionados pelo Setor de Planejamento da SMS, em conjunto com os responsáveis técnicos das unidades de saúde, levando em consideração a estimativa de consumo anual e a demanda crescente dos atendimentos.

2.7 - A seguir, será apresentado o quantitativo detalhado dos medicamentos necessários, considerando ainda a necessidade de estoque preventivo para evitar a interrupção dos tratamentos e garantir a continuidade dos serviços prestados.

03 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

3.1 - O presente processo administrativo consubstancia-se nas seguintes normas e demais legislações pertinentes ou outras que a substituam, bem como pelas normas e condições estabelecidas no presente instrumento.

| SEQ. | DISPOSITIVOS | TEMA |
|------|--|---|
| 01 | Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021. | Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. |
| 02 | Decreto Municipal 4.008, de 21 de março de 2023. | Regulamenta a nova Lei de Licitações e contratos administrativos (Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021) no âmbito da Administração Municipal. |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | |
|----|--|--|
| 03 | Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. | Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. |
| 04 | Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. | Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. |
| 05 | Decreto Municipal nº 2.437, de 22 de novembro de 2017. | Dispõe sobre o procedimento administrativo de apuração de infrações administrativas cometidas por licitantes e contratados da Administração Pública Municipal. |
| 06 | Decreto Municipal nº 4.355, de 10 de julho de 2024. | Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta. |
| 07 | Decreto Municipal nº 4.119 de 21 de setembro de 2023. | Dispõe sobre a retenção de imposto de renda nos pagamentos aos fornecedores de bens e prestadores de serviços pessoais jurídicas, por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autarquias e Fundações municipais, e dá outras providências. |
| 09 | Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de junho de 2021. | Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratações de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal, Direta, Autarquia e fundacional. |

04 - DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

4.1 – As especificações e quantidades dos itens a serem adquiridos seguem nas planilhas descritivas abaixo:

| Itens | DESCRIÇÃO | UND. | QUANTIDADE |
|-------|---|------------|------------|
| 1 | ACICLOVIR 200MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 2 | ACICLOVIR 400MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 3 | ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 100MG | COMPRIMIDO | 192.000 |
| 4 | ACIDO AMINOCAPROICO 1G INJ. F/A DE 20ML | AMPOLA | 600 |
| 5 | ACIDO AMINOCAPROICO 4G INJ. F/A DE 20ML | AMPOLA | 600 |
| 6 | ÁCIDO ASCÓRBICO 200MG/ML | FRASCO | 1.800 |
| 7 | ÁCIDO ASCÓRBICO 500MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 8 | ÁCIDO ASCÓRBICO INJETÁVEL 500MG | AMPOLA | 12.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|----|---|------------|---------|
| 9 | ÁCIDO FÓLICO 5MG | COMPRIMIDO | 126.000 |
| 10 | ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS 100 ML | FRASCO | 600 |
| 11 | ÁCIDO GRAXOS ESSENCIAIS 200 ML | FRASCO | 600 |
| 12 | ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML 5ML | AMPOLA | 6.000 |
| 13 | ÁCIDO VALPRÓICO 250MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 14 | ÁCIDO VALPRÓICO 500MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 15 | ÁCIDO VALPRÓICO 50MG/ML | FRASCO | 6.000 |
| 16 | ADENOSINA 3MG/ML 2ML | AMPOLA | 2.400 |
| 17 | ADRENALINA (EPINEFRINA) 1MG/ML 1ML | AMPOLA | 6.000 |
| 18 | AGUA PARA INJEÇÃO 1000ML | FRASCO | 720 |
| 19 | AGUA PARA INJECAO DE 10ML | FRASCO | 120.000 |
| 20 | AGUA PARA INJECAO DE 250ML | FRASCO | 1.080 |
| 21 | AGUA PARA INJECAO DE 500ML | FRASCO | 1.080 |
| 22 | ALBENDAZOL 400MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 23 | ALBENDAZOL 40MG/ML | FRASCO | 24.000 |
| 24 | ALBUMINA 20% (200MG/ML) SOLUÇÃO INJETAVEL | FRASCO | 180 |
| 25 | ALENDRONATO DE SÓDIO 70MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 26 | AMBROXOL XAROPE 15MG/ML PEDIÁTRICO | FRASCO | 4.800 |
| 27 | AMBROXOL XAROPE 30MG/ML ADULTO | FRASCO | 4.200 |
| 28 | AMICACINA 100MG /2ML | AMPOLA | 6.000 |
| 29 | AMINOFILINA 240MG 10ML | AMPOLA | 3.600 |
| 30 | AMIODARONA 150MG 3ML | AMPOLA | 6.000 |
| 31 | AMIODARONA 200MG | COMPRIMIDO | 6.000 |
| 32 | AMITRIPTILINA 25MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 33 | AMOXICILINA +CLAVULONATO 400MG + 57MG/ML | FRASCO | 4.800 |
| 34 | AMOXICILINA 500MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 35 | AMOXICILINA 50MG/ML | FRASCO | 7.800 |
| 36 | AMOXICILINA 875MG | COMPRIMIDO | 60.000 |
| 37 | AMOXICILINA 875MG + 125MG CLAVULONATO | COMPRIMIDO | 246.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|----|---|------------|---------|
| 38 | AMPICILINA+SULBACTAM 2/1G IM/IV | AMPOLA | 3.600 |
| 39 | ANLODIPINO 10MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 40 | ANLODIPINO 5MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 41 | ATENOLOL 100MG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 42 | ATENOLOL 25MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 43 | ATENOLOL 50MG | COMPRIMIDO | 42.000 |
| 44 | ATROPINA 0,25MG/ML 1ML | AMPOLA | 6.000 |
| 45 | AZITROMICINA 40MG/ML | FRASCO | 1.800 |
| 46 | AZITROMICINA 500MG | COMPRIMIDO | 126.000 |
| 47 | BACLOFENO 10MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 48 | BENSILATO DE CISATRACURIO 2MG/ML | AMPOLA | 240 |
| 49 | BICARBONATO DE SODIO 8,4% AMP 10ML | AMPOLA | 7.200 |
| 50 | BICARBONATO DE SODIO 8,4% INJ. 250ML | AMPOLA | 840 |
| 51 | BIPERIDENO 2 MG | COMPRIMIDO | 360.000 |
| 52 | BIPERIDENO 5MG/ML INJ. 1ML | AMPOLA | 600 |
| 53 | BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75MG | COMPRIMIDO | 30.000 |
| 54 | BROM. N-BUTILESCOPOLAMINA+DIPIRONA (20MG+2500MG) AMP 5ML | AMPOLA | 12.000 |
| 55 | BROMAZEPAM 3MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 56 | BROMAZEPAM 6MG | COMPRIMIDO | 60.000 |
| 57 | BROMETO DE IPATRÓPIO SOLUÇÃO INALANTE (GOTAS) 0,25 MG/ML | FRASCO | 3.600 |
| 58 | BROMETO DE N-BUTIL ESCOPOLAMINA 20MG/ML AMP 1ML | AMPOLA | 6.000 |
| 59 | BROMOPRIDA 10MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 60 | BROMOPRIDA 10MG INJ 2ML | AMPOLA | 12.000 |
| 61 | BROMOPRIDA 4 MG/ML | FRASCO | 1.200 |
| 62 | BUPIVACAÍNA 0,5% +GLICOSE 8%S/VASO 4ML | UNIDADE | 4.800 |
| 63 | CAPTOPRIL 25MG | COMPRIMIDO | 84.000 |
| 64 | CAPTOPRIL 50MG | COMPRIMIDO | 36.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|----|----------------------------------|------------|---------|
| 65 | CARBAMAZEPINA 200MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 66 | CARBAMAZEPINA 20MG/ML | FRASCO | 3.600 |
| 67 | CARBAMAZEPINA 400MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 68 | CARBONATO DE CÁLCIO 1.250MG | COMPRIMIDO | 312.000 |
| 69 | CARBONATO DE LÍTIO 300MG | COMPRIMIDO | 360.000 |
| 70 | CAVERDILOL 12,5MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 71 | CAVERDILOL 25MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 72 | CAVERDILOL 3,125MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 73 | CAVERDILOL 6,25MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 74 | CEFALEXINA 500MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 75 | CEFALEXINA SUSPENSÃO 50MG/ML | FRASCO | 4.200 |
| 76 | CEFALOTINA SODICA 1G | AMPOLA | 3.600 |
| 77 | CEFAZOLINA 1G PO IM/IV INJ | AMPOLA | 2.400 |
| 78 | CEFEPIMA 1G INJ. IV/IM | AMPOLA | 3.600 |
| 79 | CEFEPIMA 2G INJ. IV/IM | AMPOLA | 3.600 |
| 80 | CEFTAZIDIMA 1G INJ IM/IV | AMPOLA | 3.600 |
| 81 | CEFTRIAXONA 1G IV /IM INJ. | AMPOLA | 12.000 |
| 82 | CETOCONAZOL 200MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 83 | CETOCONAZOL CREME 20MG/G | TUBO | 1.800 |
| 84 | CETOPROFENO 100MG IM INJ. | AMPOLA | 12.000 |
| 85 | CETOPROFENO 150MG | COMPRIMIDO | 60.000 |
| 86 | CIMETIDINA 300MG INJ DE 2ML | AMPOLA | 12.000 |
| 87 | CIPROFLOXACINO 500MG | COMPRIMIDO | 42.000 |
| 88 | CIPROFLOXACINO INJ. 2MG/ML 100ML | BOLSA | 3.600 |
| 89 | CIPROFLOXACINO INJ. 2MG/ML 200ML | BOLSA | 3.600 |
| 90 | CITALOPRAM 20MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 91 | CLINDAMICINA 300MG | COMPRIMIDO | 9.600 |
| 92 | CLINDAMICINA 600MG IV/IM INJ 4ML | AMPOLA | 6.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|-----------------------------------|------------|---------|
| 93 | CLOMIPRAMINA 25MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 94 | CLONAZEPAM 0,25MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 95 | CLONAZEPAM 0,5MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 96 | CLONAZEPAM 2,5MG/ML | FRASCO | 3.000 |
| 97 | CLONAZEPAM 2MG | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 98 | CLORETO DE SODIO 10% 10ML | AMPOLA | 4.800 |
| 99 | CLORETO DE SODIO 20% 10ML | AMPOLA | 4.800 |
| 100 | CLORETO POTASSIO 10% 10ML | AMPOLA | 4.800 |
| 101 | CLORETO POTASSIO 19,1% 10ML | AMPOLA | 4.800 |
| 102 | CLORIDRATO DE DOPAMINA 5MG/ML | AMPOLA | 1.200 |
| 103 | CLORPROMAZINA 100MG | COMPRIMIDO | 360.000 |
| 104 | CLORPROMAZINA 25MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 105 | CLORPROMAZINA 40MG/ML | FRASCO | 780 |
| 106 | CLORPROMAZINA 5MG/ML 5ML | AMPOLA | 3.600 |
| 107 | COMPLEXO B COMPRIMIDOS | COMPRIMIDO | 360.000 |
| 108 | COMPLEXO B INJETAVEL 2ML | AMPOLA | 12.000 |
| 109 | COMPLEXO B SUSPENSÃO ORAL | FRASCO | 780 |
| 110 | DESLANOSIDEO 0.2MG/ML INJ. DE 2ML | AMPOLA | 2.400 |
| 111 | DEXAMETASONA 4 MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 112 | DEXAMETASONA CREME 1MG/G | BISNAGA | 4.200 |
| 113 | DEXAMETASONA ELIXIR 0,1MG/ML | FRASCO | 4.800 |
| 114 | DEXAMETASONA INJ. 2MG 1ML | AMPOLA | 14.400 |
| 115 | DEXAMETASONA INJ. 4MG/ML 2,5ML | AMPOLA | 24.000 |
| 116 | DEXCLORFENIRAMINA 0,4MG/ML | FRASCO | 15.600 |
| 117 | DEXCLORFENIRAMINA 2MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 118 | DIAZEPAM 10MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 119 | DIAZEPAM 10MG 2ML | AMPOLA | 2.400 |
| 120 | DIAZEPAM 5MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 121 | DICLOF DE POTASSIO 75MG INJ 3ML | AMPOLA | 12.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|---|------------|---------|
| 122 | DICLOF. DE SODICO 75MG AMP X 3ML | AMPOLA | 24.000 |
| 123 | DICLOFENACO POTÁSSICO 50MG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 124 | DICLOFENACO SÓDICO 50MG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 125 | DIGOXINA 0,25MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 126 | DIMENIDRINATO+PIRIDOXINA 50MG+50MG 1ML AMPOLA | AMPOLA | 12.000 |
| 127 | DINITRATO DE ISOSSORBIDA 5MG | COMPRIMIDO | 6.000 |
| 128 | DIPIRONA 500MG | COMPRIMIDO | 366.000 |
| 129 | DIPIRONA 50MG/ML | FRASCO | 3.600 |
| 130 | DIPIRONA SODICA 500MG/ML 10ML | FRASCO | 4.800 |
| 131 | DIPIRONA SODICA INJ 500MG/ML 2 ML | AMPOLA | 36.000 |
| 132 | DOBUTAMINA 250MG/20ML INJ. 20ML | AMPOLA | 1.200 |
| 133 | EFEDRINA 50MG 1ML | AMPOLA | 4.800 |
| 134 | ENALAPRIL 10MG | COMPRIMIDO | 126.000 |
| 135 | ENALAPRIL 5MG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 136 | ENOXAPARINA 20MG INJ IV+SER.0,2ML | SERINGA | 600 |
| 137 | ENOXAPARINA 40MG INJ SC+SER.0,4ML | SERINGA | 1.200 |
| 138 | ENOXAPARINA 60MG INJ IV 0,6ML | SERINGA | 1.200 |
| 139 | ENOXAPARINA 80MG/0,8ML | AMPOLA | 600 |
| 140 | ESCITALOPRAM 10MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 141 | ESCITALOPRAM 20MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 142 | ESCOPOLAMINA + DIPIRONA 6,67 MG/ML + 333,4 MG/ML | FRASCO | 4.200 |
| 143 | ESCOPOLAMINA 10MG/ML | FRASCO | 4.200 |
| 144 | ESPIRONOLACTONA 25MG | COMPRIMIDO | 66.000 |
| 145 | ESPIRONOLACTONA 50MG | COMPRIMIDO | 30.000 |
| 146 | ESTROGÊNIO CONJG. | BISNAGA | 12.000 |
| 147 | ETILEFRINA INJ. 1ML | AMPOLA | 2.400 |
| 148 | ETOMIDATO 2MG/ML INJ 10ML | AMPOLA | 600 |
| 149 | FENITOÍNA 100MG | COMPRIMIDO | 120.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|----------------------------------|------------|---------|
| 150 | FENITOINA SODICA 50MG INJ. 5ML | AMPOLA | 3.600 |
| 151 | FENOBARBITAL 100MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 152 | FENOBARBITAL 200MG IM 2ML | AMPOLA | 3.600 |
| 153 | FENOBARBITAL 40MG/ML | FRASCO | 2.400 |
| 154 | FENTANILA 0,05MG/ML 10ML | AMPOLA | 1.200 |
| 155 | FENTANILA 50MCG/ML 10ML | AMPOLA | 1.200 |
| 156 | FENTANILA 50MCG/ML 2ML | AMPOLA | 1.200 |
| 157 | FITOMENADIONA 10MG/ML INJ 1ML | AMPOLA | 6.000 |
| 158 | FLUCONAZOL 150MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 159 | FLUCONAZOL 2MG/ML 100ML | BOLSA | 600 |
| 160 | FLUMAZENIL 0,5MG/5ML EV INJ 5ML | AMPOLA | 600 |
| 161 | FLUOXETINA 20MG | COMPRIMIDO | 360.000 |
| 162 | FUROSEMIDA 10MG INJ AP 2ML | AMPOLA | 12.000 |
| 163 | FUROSEMIDA 40MG | COMPRIMIDO | 42.000 |
| 164 | GENTAMICINA 10MG INJ. AMP DE 1ML | AMPOLA | 1.200 |
| 165 | GENTAMICINA 20MG 1ML | AMPOLA | 1.200 |
| 166 | GENTAMICINA 40MG 1ML | AMPOLA | 3.600 |
| 167 | GENTAMICINA 80MG INJ 2ML | AMPOLA | 2.400 |
| 168 | GLIBENCLAMIDA 5MG | COMPRIMIDO | 126.000 |
| 169 | GLICERINA 12% DE 500ML | FRASCO | 2.880 |
| 170 | GLICONATO DE CALCIO A 10% 10ML | AMPOLA | 4.800 |
| 171 | GLICOSE A 25% DE 10ML | AMPOLA | 7.200 |
| 172 | GLICOSE A 50% DE 10ML | AMPOLA | 9.600 |
| 173 | GUACO 35 MG/ML | FRASCO | 1.200 |
| 174 | GUACO 60 MG/ML | FRASCO | 1.200 |
| 175 | HALOPERIDOL 1MG | COMPRIMIDO | 60.000 |
| 176 | HALOPERIDOL 2MG/ML | FRASCO | 2.400 |
| 177 | HALOPERIDOL 5MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 178 | HALOPERIDOL 5MG/ML 1ML | AMPOLA | 2.400 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|---|------------|---------|
| 179 | HALOPERIDOL DECANOATO 50MG INJ 1ML | AMPOLA | 1.800 |
| 180 | HEPARINA SODICA 5000UI/ML 0,25ML SC | AMPOLA | 1.200 |
| 181 | HEPARINA SODICA 5000UI/ML I.V. 5ML | AMPOLA | 1.200 |
| 182 | HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML | AMPOLA | 3.600 |
| 183 | HIDROCLOROTIAZIDA 25MG | COMPRIMIDO | 126.000 |
| 184 | HIDROCORTISONA 100MG INJ. | AMPOLA | 9.600 |
| 185 | HIDROCORTISONA 500MG INJ | AMPOLA | 9.600 |
| 186 | HIDROGEL + ACIDOS GRAXOS + VITAMINA A e E 85G | BISNAGA | 1.200 |
| 187 | HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 60MG/ML A 63 MG/ML | FRASCO | 1.800 |
| 188 | IBUPROFENO 100MG/ML | FRASCO | 6.000 |
| 189 | IBUPROFENO 300MG | COMPRIMIDO | 60.000 |
| 190 | IBUPROFENO 50MG/ML | FRASCO | 6.000 |
| 191 | IBUPROFENO 600MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 192 | IMIPENEM+CILASTATINA 500MG IV INJ C/1 F/A | AMPOLA | 2.400 |
| 193 | IMIPRAMINA 25MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 194 | INSULINA HUMANA R 100 UI/ML 10ML | AMPOLA | 600 |
| 195 | IVERMECTINA 6MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 196 | KETAMIN (CLORIDRATO DE ESCETAMINA) 50MG/ML 10ML | AMPOLA | 1.200 |
| 197 | LEVOFLOXACINO HEMI-HIDRATADO 5MG/ML | BOLSA | 2.880 |
| 198 | LEVOMEPROMAZINA 100MG | COMPRIMIDO | 234.000 |
| 199 | LEVOMEPROMAZINA 25MG | COMPRIMIDO | 78.000 |
| 200 | LEVOMEPROMAZINA 40 MG/ML | FRASCO | 4.680 |
| 201 | LEVOTIROXINA SÓDICO 25MCG | COMPRIMIDO | 6.000 |
| 202 | LEVOTIROXINA SÓDICO 50MCG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 203 | LEVOTIROXINA SÓDICO 75MCG | COMPRIMIDO | 6.000 |
| 204 | LIDOCAÍNA 2% SEM CONSERVANTES ISOBÁRICO | AMPOLA | 1.200 |
| 205 | LIDOCAINA A 2% S/VASO F/A 20ML | FRASCO | 2.400 |
| 206 | LIDOCAINA+EPINEFRINA 2/5MG/ML INJ | AMPOLA | 1.200 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|---|------------|---------|
| 207 | LORATADINA 10MG | COMPRIMIDO | 18.000 |
| 208 | LOSARTANA POTÁSSICA 50MG | COMPRIMIDO | 366.000 |
| 209 | MEBENDAZOL SUSPENSÃO ORAL 20MG/ML | FRASCO | 1.560 |
| 210 | MEROPENEM 1G INJ IV F/A | AMPOLA | 2.400 |
| 211 | MEROPENEM 500MG INJ IV F/A | AMPOLA | 2.400 |
| 212 | METFORMINA 500MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 213 | METFORMINA 500MG AÇÃO PROLONGADA | COMPRIMIDO | 240.000 |
| 214 | METFORMINA 850MG | COMPRIMIDO | 246.000 |
| 215 | METILDOPA 250MG | COMPRIMIDO | 42.000 |
| 216 | METILDOPA 500MG | COMPRIMIDO | 42.000 |
| 217 | METILERGOMETRINA 0,2MG INJ DE 1ML | AMPOLA | 6.000 |
| 218 | METOCLOPRAMIDA INJ 5MG/ML DE 2ML | AMPOLA | 7.200 |
| 219 | METRONIDAZOL 250MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 220 | METRONIDAZOL 400MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 221 | METRONIDAZOL GELEIA VAGINAL | TUBO | 1.200 |
| 222 | METRONIDAZOL INJ 5MG/ML BOLSA DE 100ML | BOLSA | 2.160 |
| 223 | MICONAZOL 20 MG/G | TUBO | 2.400 |
| 224 | MIDAZOLAM 15MG INJ. 3ML | AMPOLA | 1.200 |
| 225 | MIDAZOLAM 50MG INJ 10ML | AMPOLA | 3.600 |
| 226 | MORFINA 0,1MG/ML INJ. 1ML | AMPOLA | 1.200 |
| 227 | MORFINA 0,2MG/ML INJ 1ML | AMPOLA | 3.600 |
| 228 | MORFINA 10MG/ML INJ 1ML | AMPOLA | 3.600 |
| 229 | NALOXONA 0,4MG/ML INJ 1ML | AMPOLA | 600 |
| 230 | NEOCAINA 0,5% PESADA INJ. 4ML | AMPOLA | 3.600 |
| 231 | NEOCAINA 0,50% C/VASO 20ML | AMPOLA | 1.200 |
| 232 | NEOCAINA 0,50% S/VASO 20ML | AMPOLA | 1.200 |
| 233 | NEOCAINA 0,75% S/VASO 20ML | AMPOLA | 600 |
| 234 | SULFATO DE NEOMICINA + BACITRACINA ZÍNCICA 5 MG/G + 250 UI/G | TUBO | 5.200 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|---|------------|---------|
| 235 | NEOSTIGMINA 0,5MG/ML 1ML | AMPOLA | 3.600 |
| 236 | NIFEDIPINO 20MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 237 | NIMESULIDA 100MG | COMPRIMIDO | 186.000 |
| 238 | NISTATINA CREME VAGINAL | TUBO | 2.400 |
| 239 | NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI/ML | FRASCO | 780 |
| 240 | NITROGLICERINA 5MG/ML SOL. INJ. 10ML | AMPOLA | 600 |
| 241 | NITROPUSSETO DE SODIO 50MG PO INJ 2ML | AMPOLA | 600 |
| 242 | NOREPINEFRINA 8MG IV INJ.4ML | AMPOLA | 4.800 |
| 243 | NORFLOXACINO 400MG | COMPRIMIDO | 24.000 |
| 244 | NOVABUPIVACAINA 0,5% C/VASO 20 ML | AMPOLA | 1.200 |
| 245 | OCITOCINA INJ 5UI/ML 1ML | FRASCO | 12.000 |
| 246 | OLEO MINERAL 100 ML | FRASCO | 2.400 |
| 247 | OMEPRAZOL 20MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 248 | OMEPRAZOL 40MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 249 | OMEPRAZOL SODICO 40MG PO LIOF. INJ FA+DIL | AMPOLA | 2.400 |
| 250 | ONDANSETRONA 4MG/ML INJ DE 2ML | AMPOLA | 12.000 |
| 251 | ONDANSETRONA INJ 2MG/ML X 2ML | AMPOLA | 12.000 |
| 252 | OXACILINA 500MG PO INJ IV | AMPOLA | 6.000 |
| 253 | OXCARBAZEPINA 300MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 254 | OXCARBAZEPINA 600MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 255 | PARACETAMOL + CODEÍNA 500MG + 30MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 256 | PARACETAMOL 200MG/ML | FRASCO | 4.800 |
| 257 | PARACETAMOL 500MG | COMPRIMIDO | 126.000 |
| 258 | PARACETAMOL 750MG | COMPRIMIDO | 66.000 |
| 259 | PENICILINA CRISTALINA 5.000.000UI | AMPOLA | 600 |
| 260 | PENICILINA G BENZATINA 600.000UI | AMPOLA | 6.000 |
| 261 | PENICILINA G. BENZATINA INJ. 1200UI | AMPOLA | 6.000 |
| 262 | PERICIAZINA 10 MG/ML | FRASCO | 3.600 |
| 263 | PERMETRINA 1% | FRASCO | 12.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|--|------------|---------|
| 264 | POLIMIXINA B + NEOMICINA + HIDROCORTISONA 10 MG/ML + 5 MG/ML + 10.000 UI/ML | FRASCO | 12.000 |
| 265 | PREDNISOLONA 3MG/ML 60ML | FRASCO | 4.800 |
| 266 | PREDNISONA 20MG | COMPRIMIDO | 30.000 |
| 267 | PREDNISONA 5MG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 268 | PROMETAZINA 25MG | COMPRIMIDO | 60.000 |
| 269 | PROMETAZINA INJ. 50MG 2ML | AMPOLA | 7.200 |
| 270 | PROPOFOL 10MG/ML INJ 20ML | AMPOLA | 1.200 |
| 271 | PROPRANOLOL 40MG | COMPRIMIDO | 30.000 |
| 272 | PROSTIN VR PEDIATRICO (ALPROSTADIL) 500MCG/ML | AMPOLA | 60 |
| 273 | RHOPHYLAC (IMUNOGLOBULINA HUMANAANTI D) 300 SOLUÇÃO INJ. | SERINGA | 180 |
| 274 | RISPERIDONA 1MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 275 | RISPERIDONA 1MG/ML | FRASCO | 4.200 |
| 276 | RISPERIDONA 2MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 277 | RISPERIDONA 3MG | COMPRIMIDO | 36.000 |
| 278 | ROCURONIO 50MG INJ. 5ML | AMPOLA | 360 |
| 279 | SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL | ENVELOPE | 13.200 |
| 280 | SECNIDAZOL 1G | COMPRIMIDO | 2.400 |
| 281 | SERTRALINA 100MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 282 | SERTRALINA 50MG | COMPRIMIDO | 180.000 |
| 283 | SERVOFLURANIO 1MG/ML | FRASCO | 60 |
| 284 | SIMETICONA 40MG | COMPRIMIDO | 12.000 |
| 285 | SIMETICONA 75 MG/ML | FRASCO | 7.200 |
| 286 | SINVASTATINA 20MG | COMPRIMIDO | 30.000 |
| 287 | SINVASTATINA 40MG | COMPRIMIDO | 30.000 |
| 288 | SOLUÇÃO DE RINGER SIMPLES INJ. DE 500ML | AMPOLA | 14.400 |
| 289 | SORO FISIOLÓGICO 0,9% DE 1000ML | AMPOLA | 3.600 |
| 290 | SORO FISIOLÓGICO 0,9% DE 100ML | AMPOLA | 18.000 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

| | | | |
|-----|--|------------|---------|
| 291 | SORO FISIOLÓGICO 0,9% DE 250ML | AMPOLA | 28.800 |
| 292 | SORO FISIOLÓGICO 0,9% DE 500ML | AMPOLA | 28.800 |
| 293 | SORO GLICO-FISIOLÓGICO 500ML | AMPOLA | 3.600 |
| 294 | SORO GLICOSADO A 5% S F DE 250ML | AMPOLA | 6.000 |
| 295 | SORO GLICOSADO A 5% SF DE 500ML | AMPOLA | 18.000 |
| 296 | SORO RINGER LACTATO 500ML | AMPOLA | 18.000 |
| 297 | SUCCINILCOLINA 100MG | AMPOLA | 1.200 |
| 298 | SUCCINILCOLINA 500MG | AMPOLA | 360 |
| 299 | SULFADIAZINA DE PRATA 30G | TUBO | 9.600 |
| 300 | SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 200+40MG/ML | FRASCO | 1.380 |
| 301 | SULFAMETOXAZOL+TRIMETOPRIMA 400+80MG | COMPRIMIDO | 54.000 |
| 302 | SULFATO DE MAGNÉSIO 10% INJ 10ML | AMPOLA | 7.200 |
| 303 | SULFATO DE MAGNÉSIO 50% INJ 10ML | AMPOLA | 3.600 |
| 304 | SULFATO DE SALBUTAMOL AEROSSOL | FRASCO | 14.400 |
| 305 | SULFATO FERROSO 125MG/ML | FRASCO | 1.200 |
| 306 | SULFATO FERROSO 40MG | COMPRIMIDO | 366.000 |
| 307 | SUPOSITORIO DE GLICERINA PEDIÁTRICO | UNIDADE | 600 |
| 308 | SURFACTANTE 80MG/ML | AMPOLA | 60 |
| 309 | TARTARATO DE METOPROLOL 1MG/ML | AMPOLA | 1.200 |
| 310 | TENOXICAN 20MG PO INJ IV/IM | FRASCO | 6.000 |
| 311 | TENOXICAN 40MG PO INJ IV/IM | AMPOLA | 6.000 |
| 312 | TERBUTALINA 0,5MG/ML INJ. AP 1ML | AMPOLA | 6.000 |
| 313 | TRAMADOL 50MG | COMPRIMIDO | 120.000 |
| 314 | TRAMADOL 50MG/ML 2ML | AMPOLA | 6.000 |
| 315 | VANCOMICINA 500MG F/A | AMPOLA | 6.000 |
| 316 | VASOPRESSINA 20U/ML | AMPOLA | 2.400 |
| 317 | VITAMINA D 200 UI/GOTA | FRASCO | 120.000 |

4.2 - O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

4.3 - O quantitativo estimado teve como base a previsibilidade de consumo de exercícios anteriores, bem como, a projeção de consumo para um período de 12 meses, considerando que a ata de registro de preços terá sua vigência de 01 (um) ano, nos termos do Art. 84 da Lei Federal 14.133/2021.

05 – DA CLASSIFICAÇÃO DA AQUISIÇÃO.

5.1 – Aquisição objeto desse procedimento enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos da legislação vigente, qual seja, artigo 6º, inciso XIII da Lei 14.133/2021, que considera bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, sem maiores variações de execução entre as empresas fornecedoras.

5.2 – A contratação objeto da presente demanda não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

06 – DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO.

6.1 – O procedimento para contratação do objeto será realizado mediante Pregão Eletrônico, com Sistema de Registro de Preços, por possuir padrões de qualidade que podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

6.2 – A adoção desta modalidade se mostra adequada à presente contratação, pois o fornecimento dos itens solicitados possui demanda pré-estabelecidas no calendário anual de aquisições, tendo em vista sua necessidade contínua para execução das atividades desta Secretaria Municipal.

07 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

7.1 – O critério de julgamento da proposta adotado será do tipo **MENOR VALOR POR ITEM**.

7.2 – A proposta deverá indicar um único modelo(s) e marca(s) do produto a ser oferecido, de modo a individualizar o objeto, vedada a indicação da expressão “ou similar”, ou “equivalente”, “marca de referência”, etc., que são usadas pela Administração na descrição dos itens para licitação apenas como critério de aferição de qualidade.

7.3 – Se a proposta da licitante estiver seriamente desequilibrada ou os preços inexequíveis, em relação à preço médio existente no processo, o Pregoeiro poderá exigir que a licitante apresente um detalhamento dos preços ofertados, a fim de demonstrar a consistência dos preços em relação ao método e prazo propostos.

7.4 – Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos.

a) Solicitação à proponente para, no prazo de 2 (duas) horas, apresentar justificativas e comprovações em relação aos custos em indícios de inexequibilidade;

b) Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

c) Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

d) Verificação de Notas Fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

e) Consultas às Secretarias de Fazenda, estadual ou municipal;

f) Demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.5 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

08 – DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

8.1 – Será contratada a empresa que oferecer o **MENOR VALOR POR ITEM** para o objeto, com base nos preços praticados no mercado e preços referenciais estabelecidos no Preço Médio, bem como o cumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1 – Poderão participar as empresas jurídicas que exerçam as atividades compatíveis com o objeto proposto, e que possua condições de atender as especificações exigidas neste Termo.

09 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DEVIDA DO OBJETO.

9.1 - A solução proposta envolve a aquisição de medicamentos para o ressuprimento dos estoques, para fins de atendimento às necessidades institucionais, proporcionando um ambiente de trabalho adequando para todos os setores da saúde.

9.2 - No mais, a empresa vencedora se qualificará mediante procedimento licitatório, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com todo o formalismo e cujo tempo necessária para processamento seja o menos demorado possível, sob pena de prejudicar sobremaneira o interesse público primário ora tutelado.

9.3 - Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da SMS estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

10 – CONDIÇÕES DA PROPOSTA.

10.1 – A participante deverá apresentar proposta em português constando claramente as características dos produtos ofertados.

10.2 – A comprovação de atendimento das especificações técnicas será feita na entrega dos produtos.

10.3 – Os descritivos técnicos definidos neste Termo de Referência deverão ser iguais ou poderão ser superados, desde que mantidas as exigências conceituais.

10.4 – As especificações exigidas neste Termo de Referência, refletem o mínimo de qualidade e características dos itens/equipamentos e materiais a serem adquiridos, permitindo claramente a oferta de produtos superiores aos solicitados.

10.5 – O não atendimento a qualquer um dos requisitos acima torna a proposta do licitante para o item passível de desclassificação.

10.6 – Na proposta de preço deverá constar:

a) Discriminação detalhada do item ofertado;

b) As quantidades solicitadas;

c) Os valores unitários e globais;

d) Prazo para entrega dos produtos;

e) Marca que será entregue;

f) Garantia do produto;

g) Declaração expressa de estarem incluídos no preço proposto todas as despesas relacionadas com o objeto, como impostos, fretes, seguros, taxas, e outras despesas decorrentes de exigência legal, sob pena de desclassificação da proposta.

11 – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, VALIDADE E RECEBIMENTO.

11.1 – A Empresa contratada deverá proceder à entrega dos produtos objeto deste Termo de Referência, na quantidade solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, **no prazo de 10 (dez) dias**, a contar do dia subsequente ao do pedido formal de fornecimento/recebimento da nota da Ordem de Compra e Empenho.

11.1.1 – **Somente em casos excepcionais, devidamente comprovados, poderá ser concedida prorrogação** dos prazos descritos nesta cláusula observado o limite máximo do término do contrato.

11.1.2 – A justificativa com a solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos materiais, deverá ser entregue formalmente à Contratante ficando a critério desta a aceitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

11.2 – Os bens de consumo dispostos neste Termo de Referência que tenham prazo de **validade, deverão possuir, na data da entrega, validade do produto de no mínimo 6 meses**, impresso no rótulo, tendo sempre como marco inicial a data da efetiva entrega do item à Contratante.

11.3 – Durante o período de validade, a contratada, independentemente de ser ou não fabricante do produto, obriga-se a substituir, sem ônus para a Contratante, o objeto que apresentar defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação.

11.4 – A entrega dos itens deverá ser realizada na Sede da **SECRETARIA DE SAÚDE**, no endereço informado na ordem de compras e/ou nota de empenho, em Ceará-Mirim/RN, no horário das 08h às 14h de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados e dias facultativos, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguro transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

11.5 – Todos os itens devem ser entregues em perfeito estado, sem amassados, em embalagens que garantam a integridade física dos mesmos, nas condições e temperatura indicados pelo fabricante, separados por lote e prazos de validade.

11.6 – O recebimento do material não exclui a responsabilidade administrativa, civil e penal da empresa por problemas causados durante o uso dos itens adquiridos, nem exclui a responsabilidade da Contratada pelo perfeito desempenho do objeto fornecido, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando de sua utilização.

11.7 – **Os bens serão rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência** ou quando se verificar a falta de qualidade ou de segurança devendo ser substituídos no prazo máximo de 3 (Três) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.8 – **No caso de impossibilidade de entrega do(s) modelos(s) e marcas(s) indicados na proposta a Contratada deverá, no prazo de 2 (dois) dias a contar do pedido de fornecimento, requerer a substituição com a devida justificativa** à Contratante, a quem caberá a decisão.

11.9 – No caso do subitem anterior, poderá ser exigida amostra a fim de comprovar a qualidade do produto.

11.10 – Os custos de substituição de itens rejeitados correrão exclusivamente às expensas da contratada sendo vetado à fiscalização se responsabilizar pelo encaminhamento dos bens rejeitados.

11.11 – Os itens deverão apresentar a embalagem em perfeito estado (em embalagem original integra, com lacre de segurança, sem aderência ao produto e sem umidade), nas condições de temperatura exigida no rótulo. Todos os dados devem estar na língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, especificados na nota fiscal por quantidade de cada material entregue.

11.12 – Relativamente ao disposto nesta cláusula, aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

11.13 – Para efeitos de verificação da conformidade dos objetos que porventura forem adquiridos, a Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN, através do setor competente, realizará, ao final de cada etapa da entrega dos bens, o seu recebimento através do responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, nos seguintes prazos:

a) Provisoriamente no ato da entrega;

b) Definitivamente, mediante atesto da respectiva nota fiscal, em conjunto com o recibo de que trata o art. 140 da Lei 14.133/2021, após decorrido o prazo fixado na alínea anterior.

11.10 – A liquidação do que fora contratado será processada mediante o atesto referido no subitem anterior, em até 5 (cinco) dias úteis após a sua realização.

12 – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

12.1 – O valor estimado da contratação será baseado em pesquisa de mercado realizada junto a empresas atuantes no mesmo ramo de atividades, além de cotações eletrônicas consultadas no Banco de Preços e no Pannel de Preços, conforme disposto no inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

12.2 – A estimativa de preço nesta fase será definida nos termos do inciso II do Artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, ou seja, com base em contratações anteriores de objetos similares realizadas pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

municipalidade, levando em conta as características da cesta de preços. O processo de referência é o seguinte:

12.2.1 – 1DOC: 4.026/2024 – Pregão Eletrônico nº 004/2024.

12.3 – Considerando as informações anteriores, a oscilação dos preços de mercado e as flutuações observadas, a estimativa total para a contratação é de aproximadamente **R\$ 29.042.963,72**, com variação para mais ou para menos, dependendo das condições de mercado e da demanda efetiva. Esse valor leva em conta a ampliação da demanda devido à criação de novos setores na Secretaria Municipal de Saúde, o que impactou diretamente no consumo e na necessidade de aquisição de medicamentos.

12.4 – De acordo com o Artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, o valor estimado da contratação deve ser compatível com os valores praticados no mercado, considerando os preços registrados em bancos de dados públicos, as quantidades a serem contratadas, e a economia de escala, além das peculiaridades do local de execução do objeto.

13 – GARANTIA DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.

13.1 – Não será exigida garantia de execução, haja visto que não se faz necessário neste caso concreto, em razão de tratar-se de aquisição de bem comum, em que seu pagamento só será realizado após a efetivação da entrega dos itens solicitados, não correndo, assim, qualquer risco à Administração de não execução contratual.

14 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

14.1 – Emitir note de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao material solicitado.

14.2 – Disponibilizar à CONTRATADA, condições necessárias para adequada e perfeita entrega dos objetos adquiridos.

14.3 – Acompanhar e fiscalizar os objetos adquiridos através de um representante da SMS, especialmente designado, a quem caberá registrar em livro, documento ou sistema próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados, bem como atestar os documentos fiscais referentes à entrega efetiva do material.

14.4 – Solicitar à CONTRATADA a retificação de qualquer fornecimento de material cujo padrão de qualidade esteja fora das especificações contidas no Termo de Referência.

14.5 – Comunicar à CONTRATADA, por escrito, tão logo constate casos de irregularidades, defeitos, vícios ou incorreções, durante a execução do objeto, realizados para que a mesma adote medidas indispensáveis ao bom andamento do que foi solicitado, conforme objeto constante neste Termo de Referência.

14.6 – Rejeitar no todo ou em parte o objeto entregue em desacordo com as especificações do objeto contratado, inclusive marca divergente da registrada.

14.7 – Observar para que, durante a vigência do contrato, sejam mantidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação, bem como a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

14.8 – Exigir da empresa CONTRATADA integral responsabilidade pela boa execução e eficiência no cumprimento do objeto, mormente no que se refere ao fornecimento dos materiais licitados.

14.9 – Notificar, por escrito, à CONTRATADA qualquer irregularidade encontrada na prestação do fornecimento.

14.10 – Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares contratuais.

14.11 – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados, não se responsabiliza por compromissos assumidos com terceiros pela CONTRATADA.

14.12 – Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecida neste Termo de Referência.

15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

15.1 – Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

15.2 – Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, marcas, validades e preços registrados no contrato, no prazo e local determinado pela CONTRATANTE, acompanhado da respectiva nota fiscal.

15.3 – Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto que não esteja em perfeitas condições para consumo ou com prazo de validade diferente do previsto neste instrumento convocatório.

15.4 – Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

15.5 – Será permitido transferir ou terceirizar os produtos contratados, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.6 – Entregar o objeto contratado acompanhado da nota fiscal correspondente, observando que ônus decorrente desta deverá ser por conta da CONTRATADA.

15.7 – Deverá informar na nota fiscal a descrição do produto fornecido pela empresa, de acordo com as especificações descritas na nota de empenho, e em conformidade com as especificações contantes no Termo de Referência.

15.8 – Manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas.

15.9 – Deverão manter sempre atualizados o seu endereço, telefone, e-mail, e meios de contato junto à CONTRATANTE.

15.10 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.11 – Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a ser adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino.

15.12 – Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, bem como apresentar cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS).

15.13 – Apresentar, durante todo o prazo de vigência do Contrato, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem, a sua compatibilidade com as obrigações assumidas.

16 – MODELO DE GESTÃO, EXECUÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO.

16.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençada se as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2 - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3 - As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4 - O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

16.5 - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

16.6 – Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

16.7 – A fiscalização da execução contratual deve ser realizada de forma adequada por profissional com experiência na área;

16.8 – A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a art. 120 da Lei nº 14.133/2021;

16.9 – O representante da Secretaria de Saúde, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

17.1 – O contratado será responsabilizado administrativamente nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 2.437/2017 pelas seguintes infrações:

I – Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Dar causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fatos supervenientes devidamente justificados;

VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem o motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:

I – Advertência;

II – Multa;

III – Impedimento de licitar e contratar.

17.3 – Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

17.4 – A sanção prevista será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista neste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

17.5 – A sanção prevista será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista neste termo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.6 – A sanção prevista no item 17.2 subitem II, será calculada na forma do edital ou do contrato e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.1.

17.7 – A sanção prevista no item 17.2 subitem II, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, VI, e VII do item 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.8 – A sanção prevista no item 17.2 subitem IV, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens, VIII, IX, X, XI, E XII do item 17.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens II, III, IV, V, VI e VII do item 17.1., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 17.6., e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.9 – A sanção estabelecida no subitem IV do item 17.2., será precedida de análise e observará as seguintes regras:

I – Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro do estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima de entidade;

II – Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativos e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

17.10 – As sanções previstas nos subitens I, III, e IV do item 17.2., poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II, do item 17.2.

17.11 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor, de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.12 – A aplicação das sanções previstas no *caput* deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

17.13 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

17.14 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

18 – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

18.1 – A vigência da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses nos Termos da Lei nº 14.133/2021, contados a partir da data da sua publicação no Diário Oficial da FEMURN e poderá ser prorrogada por igual período conforme estabelece o artigo 84 da mesma Lei, desde que comprovado o preço vantajoso.

18.2 – O vencedor terá 03 (três) dias úteis para assinar o contrato, o qual será convocado através de e-mail cadastrado no sistema eletrônico 1-DOC.

18.3 – O vencedor que, convocado para assinar o contrato e deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído, e ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

19 – REGIME DE EXECUÇÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

19.1 – Os itens deste Termo de Referência serão solicitados parceladamente, sempre que for necessário.

19.2 – A solicitação dos itens será feita por meio de emissão de ordem de compra e nota de empenho, assim definido como documento utilizado pela Administração para a solicitação, acompanhamento de controle dos itens relativos à execução do contrato, possibilitando a verificação da conformidade do fornecimento executado como solicitado pela contratada.

20 – GARANTIA DOS PRODUTOS.

20.1 – O prazo de garantia contratual dos produtos será aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

21 – DAS CONDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO.

21.1 – O pagamento será realizado no prazo estabelecido conforme a Ordem Cronológica de pagamentos em conformidade com a Resolução nº 32/2016, do TCE/RN e Decreto Municipal nº 4.355/2024, contados da apresentação da fatura, salvo quando houver pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à Contratada, em virtude de penalidade ou inadimplência, depois de entregues os produtos, por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.

21.2 – A nota fiscal/fatura, deverá ser apresentada devidamente preenchida e discriminada em nome da Prefeitura de Ceará-Mirim – Secretária Municipais da Prefeitura.

21.3 – A nota fiscal deverá, conter todas as especificações dos produtos fornecidos pela contratada, além do número da conta bancária da empresa, da ordem de compra, do certame, do contrato e nota de empenho.

21.4 – A nota fiscal/fatura, deverá conter ou ser acompanhada dos seguintes documentos, nos termos do artigo 10 e seus parágrafos, do Decreto Municipal nº 4.355/2024:

a) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

b) O valor do imposto de renda a ser retido na operação, conforme Decreto Municipal nº 4.119/2023.

c) Comprovação do regime tributário ou isenção ou imunidade tributária.

d) Comprovação do pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias, quando for o caso.

21.5 – Havendo erro na nota fiscal/fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa pelo gestor à contratada e o pagamento ficará pendente até que ele providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a SMS, nos termos do artigo 15, § 2º do Decreto Municipal nº 4.355/2024.

21.6 – A cada pagamento a ser efetivado pela contratante, será realizada prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

21.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

21.8 – No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal/fatura, estes serão restituídos pela contratante no prazo de 5 (cinco) dias, para que a contratada promova as



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

21.9 – Somente será objeto de faturamento o produto que se enquadre nas condições estabelecidas neste TR e que estejam em conformidade, também, com a proposta aprovada;

21.10 – As faturas deverão estar devidamente atestadas pelo Fiscal de Contratos, com indicação da data de aprovação, a qual será considerada como a data do adimplemento da obrigação.

21.11 - O pagamento será efetuado pela contratante no prazo de **até 30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal, fatura ou documento equivalente, conforme artigo 141 e incisos da Lei 14.133/2021, bem como nos termos do artigo 15, inciso II do Decreto Municipal nº 4.355/2024, caso não colidam com a legislação citada, será feito mediante Transferência Bancária para crédito na conta corrente da empresa contratada, devidamente aprovado pela contratante.

21.11 – É de inteira responsabilidade da contratada, a entrega a SMS dos documentos de cobrança acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que, se não atendido, implica em desconsideração pela PMCM dos prazos estabelecidos.

21.12 – Os fornecimentos dos produtos serão faturados com base no que foi aprovado pela fiscalização do contrato e assinado pelas partes envolvidas. O pagamento dos produtos será efetuado de acordo com os fornecimentos dos produtos, baseados nos preços contratuais, observadas as normas administrativas em vigor.

22 – DO EQUILIBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO.

22.1 – Havendo qualquer fato devidamente comprovado e alheio à vontade das partes que altere o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, o mesmo poderá ser revisto e restabelecido em igual proporção, mediante comprovação e requerimento pela contratada.

23 – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.

23.1 – A contratante poderá estabelecer quantitativos superiores aqueles registrados para o item, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor global estimado para o referido item.

23.2 – A existência do contrato adjudicado produto da licitação, não obriga a Administração a firmar todas as contratações que deles poderão advir, ficando facultativa a emissão de novas ordens de compras.

24 – Previsão no Plano Anual de Contratações.

24.1 – O Plano Anual de Contratações Públicas é um item essencial para a gestão das compras públicas neste município e consiste em um documento detalhado que lista todas as aquisições e serviços que o órgão pretende realizar ao longo do ano.

Esse planejamento é importantíssimo para garantir a eficiência dos processos de compra e serviços, buscando evitar gastos desnecessários e garantindo a transparência na utilização dos recursos públicos.

Com as inovações trazidas pela nova Lei de licitações 14.133/21, o Plano Anual de Contratações Públicas, restou ainda mais relevância, conforme de extrai dos Arts. 12 e 18:

*“Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
[...]*

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência,



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

§ 1º O plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput deste artigo deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e será observado pelo ente federativo na realização de licitações e na execução dos contratos.

(...)

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

[...]

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

[...]

II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração.

31.2 - Entretanto, em que pese a Lei nº 14.133/2021 estabelecer o Plano Anual de Contratações como instrumento de suma importância na construção de uma gestão de excelência, não se trata de requisito obrigatório.

31.3 - A estrutura administrativa do Município de Ceará-Mirim/RN está atualmente dividida em 27 (vinte e sete) secretarias, cada uma composta por diversos setores e divisões, a quem caberá o dever de elaborar os seus planos de contratações anuais, cuja informação será consolidada pela Secretaria Municipal de Planejamento, Projetos e Gestão orçamentária na LDO do ano seguinte.

31.4 - Optou-se para o exercício de 2025 identificar, catalogar e registrar, com um maior nível de precisão, contratações específicas de cada secretaria, assim como contratações que poderão ser unificadas para melhor atendimento das necessidades do município em curto, médio e longo prazo, em suas diversas formas.

31.5 - Assim, servimo-nos do presente para informar e fazer registro de que o referido documento ainda está em fase de elaboração, de modo que, com base no histórico de contratações do corrente ano, e através da previsão de consumo e do prognóstico da sua utilização provável e necessária, será elaborado a partir do ano de 2025 um Plano Anual de Contratações com maior nível de exatidão e detalhamento.

25 – DO REAJUSTE DE PREÇO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

25.1 – Caso seja pertinente ao objeto, a contratação poderá ser submetida a reajustamento de seus preços, nos termos do art. 92, inciso V da Lei Federal nº 14.133/2021.

26 – SUBCONTRATAÇÃO.

26.1 – Será admitida a subcontratação do objeto, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

27 – RESCISÃO CONTRATUAL.

27.1 – A extinção desta contratação se dará nos termos do art. 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133/2021;

27.2 – No caso de rescisão provocadas por inadimplemento da CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes da contratação até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

28 – DAS MEDIDAS ACAUTELADORAS.

28.1 – Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.748, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

29 – PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE.

29.1 – A contratada reconhece os direitos do CONTRATANTE relativos à contratação:

29.1.1 – Aumentar ou diminuir os quantitativos contratados nos limites legais.

29.1.2 – Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos especificados no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

29.1.3 – Fiscalizar sua execução.

29.1.4 – Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial da contratação.

30 – DA RETENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA.

30.1 – A necessidade de retenção de imposto de renda, conforme Decreto Municipal nº 4.119/2023.

30.2 – Comprovação do regime tributário ou isenção ou imunidade tributário.

30.3 – Comprovação do pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias.

31 – VEDAÇÕES.

31 – É vedado à CONTRATADA:

31.1.1 – Caucionar ou utilizar o Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

31.1.2 – Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte do CONTRATANTE, salvo os casos previstos em Lei.

32 – DOS CASOS OMISSOS.

32.1 – As omissões, dúvidas e casos não previstos no presente Termo de Referência, serão dirimidos aplicando-se as regras da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como demais ordenamentos jurídicos correlatos, levando-se sempre em consideração os princípios que regem a Administração Pública.

33 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

33.1 – A contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos causados ao município de Ceará-Mirim/RN, ou a terceiros, por si ou por seus representantes, no fornecimento e/ou na realização dos fornecimentos/serviços contratados, isentando ao município de Ceará-Mirim/RN de todas e quaisquer reclamações que possam surgir decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

33.2 – Nos preços unitários propostos, deverão estar incluídos todos os custos de materiais, transportes, cargas, descargas, sinalização, mão de obra, tributos, leis sociais, lucros e quaisquer outros encargos que incidam sobre o fornecimento do objeto licitado previstos, ou não, no certame.

33.3 – Quaisquer instruções, alterações, liberações e demais providências que a fiscalização julgar necessária para melhor desempenho no fornecimento e/ou na realização dos serviços, deverá ser registrado no livro de ocorrência, não cabendo a contratada nenhuma reclamação decorrente de entendimento verbais.

33.4 – No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

33.5 – As normas disciplinares deste Termo de Referência serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

33.6 – Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

33.7 – Em caso de divergência entre disposições deste Termo de Referência e demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste termo de Referência.

34 - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

34.1 - Nas licitações para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

35 - DO FORO.

35.1 – Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Termo, prevalecerá o Foro da Comarca de Ceará-Mirim/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

36 - RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

36.1 – Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo informado, no uso das suas atribuições legais, e consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis em representação da Secretaria Municipal de Administração e equipe de apoio.

36.2 – Agente elaborador do Termo de Referência: LÍCIA NOBRE PEREIRA – Assessora SACP

37 - DA APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE.

37.1 – Na qualidade de autoridade competente para aprovar este Termo de Referência, APROVO e AUTORIZO o presente devendo-se os autos serem encaminhados ao setor competente para análise e as providências cabíveis quanto ao prosseguimento do processo.

37.2 – Agente autorizador do termo de Referência: MARIA DE LOURDES QUEIROZ MONTEIRO - Secretária de Saúde

Ceará-Mirim/RN, na data da assinatura eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Rua General João Varela, 635 – Centro – Ceará-Mirim/RN
CEP: 59.570-000 – CNPJ: 11.810.526/0001-53
(84) 3274-5908 - segap@cearamirim.rn.gov.br
www.cearamirim.rn.gov.br

Lícia Nobre Pereira
Responsável pela elaboração do TR

Maria de Lourdes Queiroz Monteiro
Secretária de Saúde
Responsável pela Autorização



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 75CA-B8D4-D685-767C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LÍCIA NOBRE PEREIRA (CPF 097.XXX.XXX-80) em 14/08/2025 14:44:01 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MARIA DE LOURDES QUEIROZ MONTEIRO (CPF 806.XXX.XXX-49) em 14/08/2025 14:46:35
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ceara-mirim.1doc.com.br/verificacao/75CA-B8D4-D685-767C>